

HABEAS CORPUS Nº 533.826 - MG (2019/0278078-2)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADOS : ARMANDO FERREIRA - MG048454
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : CASSIO FREITAS CRUZ (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTOS E REQUISITOS. (23,75G DE CRACK E 8,9G DE MACONHA). RISCO CONCRETO DE REITERAÇÃO DELITIVA. RÉU REINCENTE. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de CASSIO FREITAS CRUZ contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no Recurso em Sentido Estrito n.º 1.0231.18.021731-8/001.

O Paciente foi preso em flagrante, em 27/11/2018, pela suposta prática do delito previsto no art. 33, § 1.º, inciso I, da Lei n.º 11.343/2006, por guardar "*seis unidades de crack, pesando 23,75g [...] e duas porções de maconha, pesando 8,9g [...] para comercialização, em um buraco na parede da cela 280 do Pavilhão do Cinema da Penitenciária José Maria Alkimim [...] onde se encontrava recolhido*" (fl. 73).

A Magistrada de primeiro grau concedeu ao Paciente a liberdade provisória, nestes termos: "*[e]m atenção ao princípio da presunção de inocência, concedo a liberdade provisória. Deixo de decretar medidas cautelares pois o autuado se encontra preso*" (fl. 27).

Contra a aludida decisão, o Ministério Público interpôs recurso em sentido estrito, ao qual o Tribunal *a quo* deu provimento e decretou a prisão preventiva do Paciente.

O acórdão foi assim ementado (fl. 84):

"RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - CRIME DE TRÁFICO - PRISÃO PREVENTIVA - PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS E MOTIVOS - NECESSIDADE. 1. Existindo nos autos prova da

materialidade e indícios suficientes de autoria, bem como presentes os motivos da preventiva, impõe-se a segregação da liberdade do recorrido para garantia da ordem pública, a qual está ameaçada, diante da reiteração criminosa."

Neste writ, a Defesa sustenta a ausência dos requisitos legais para a decretação da prisão preventiva. Argumenta, em síntese, que "[a] apreensão de substância análoga ao crack pode constituir indício da prática criminosa, contudo, a gravidade do crime não autoriza a prisão preventiva. É certo que a quantidade de substância apreendida não revela, por si só, qualquer ameaça à ordem pública" (fl. 7).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem "de modo a revogar o acórdão da 6ª Turma do TJMG, para que o réu responda ao processo em liberdade" (fl. 10).

O pedido liminar foi indeferido (fls. 119-121).

As informações foram prestadas às fls. 125-142 e 146-168.

O Ministério Público manifestou-se "pelo não conhecimento da ordem e, se conhecida, pela denegação" (fls. 170-173).

É o relatório. Decido.

A ordem não merece ser concedida.

No caso, o **Tribunal a quo ao reformar a decisão de primeira instância** (fls. 86-89; sem grifos no original):

"[...] mostra-se necessária a decretação da prisão preventiva do recorrido para a garantia da ordem pública.

Segundo se extrai da CAC do recorrido, às fls. 14/21, que ele possui uma condenação penal por crime de roubo majorado, apta a gerar a reincidência, sendo, portanto, cabível a prisão preventiva, nos termos do art. 313, inciso III, do Código de Processo Penal.

Ademais, conforme consta dos autos, foram apreendidas seis unidades de crack e duas porções de maconha na cela do recorrido, na Penitenciária José Maria Alkimim, as quais, segundo os agentes penitenciários, ele assumiu a propriedade.

Diante de tais fatos, resta evidenciada a periculosidade concreta do recorrido, o que demonstra que a prisão preventiva é necessária para evitar a reiteração delitiva e garantir a ordem pública.

[...]

Com efeito, resta ao Poder Judiciário responder satisfatoriamente à sociedade, sendo imprescindível, por vezes, a constrição da liberdade do indivíduo em prol da garantia da ordem pública. Entre o interesse individual e o público deve prevalecer o interesse público, nesse momento processual, mormente em razão das

Superior Tribunal de Justiça

circunstâncias em que o delito ocorreu e pela periculosidade elevada do agente.

[...]

*Assim, a gravidade da conduta imputada ao recorrido e o **envolvimento dele com a criminalidade** indicam a necessidade da segregação cautelar, a fim de resguardar a ordem pública."*

Observo que a instância ordinária fundamentou adequadamente a necessidade da prisão preventiva para a garantia da ordem pública, sobretudo quando destaca a **periculosidade do agente**, evidenciada pelo **fundado risco de reiteração delitiva**, valendo registrar que o Supremo Tribunal Federal já externou ser "*idôneo o decreto de prisão preventiva quando assentado na garantia da ordem pública, ante a periculosidade do agente, evidenciada não só pela gravidade in concreto do delito, em razão de seu modus operandi, mas também pelo risco real da reiteração delitiva*" (HC 128.779, Relator: Min. DIAS TOFFOLI, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/09/2016, publicado em 05/10/2016).

A propósito, esta Corte firmou o entendimento de que "*a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade*" (HC 512.794/SC, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 12/12/2019.)

Ante o exposto, DENEGO a ordem de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora